

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	24

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	69
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	72

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	74.220
Preferenciais	0
Total	74.220
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	2.397.204	2.565.983	2.455.586
1.01	Ativo Circulante	1.689.442	458.762	465.962
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	188.485	328.818	344.420
1.01.03	Contas a Receber	58.976	48.580	47.661
1.01.03.01	Clientes	58.976	48.580	47.661
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.048	3.967	2.021
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.048	3.967	2.021
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.438.933	77.397	71.860
1.01.08.03	Outros	1.438.933	77.397	71.860
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros	0	68.820	66.292
1.01.08.03.03	Créditos com controladores	1.430.241	0	0
1.01.08.03.04	Outros créditos	8.692	8.577	5.568
1.02	Ativo Não Circulante	707.762	2.107.221	1.989.624
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	319.456	1.654.550	1.471.146
1.02.01.04	Contas a Receber	69.381	69.352	69.251
1.02.01.04.01	Poder Concedente	69.381	69.352	69.251
1.02.01.07	Tributos Diferidos	74.409	95.064	82.807
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	74.409	95.064	82.807
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	1.292.633	1.132.697
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	0	1.292.633	1.132.697
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	175.666	197.501	186.391
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	153.334	191.060	126.119
1.02.01.10.04	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	54.011
1.02.01.10.05	Outros Ativos	18.166	4.914	4.316
1.02.01.10.06	Direito de uso	4.166	1.527	1.945
1.02.04	Intangível	388.306	452.671	518.478

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	2.397.204	2.565.983	2.455.586
2.01	Passivo Circulante	916.745	752.147	446.856
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.208	4.804	4.489
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.208	4.804	4.489
2.01.02	Fornecedores	23.753	18.657	20.985
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.753	18.657	20.985
2.01.03	Obrigações Fiscais	62.780	56.027	37.294
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	58.882	51.975	34.074
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	50.559	45.945	30.131
2.01.03.01.02	Obrigações fiscais	8.323	6.030	3.943
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.898	4.052	3.220
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	392.812	408.339	196.808
2.01.04.02	Debêntures	392.812	408.339	196.808
2.01.05	Outras Obrigações	416.305	239.882	172.585
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.185	2.728	2.410
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.185	2.728	2.410
2.01.05.02	Outros	410.120	237.154	170.175
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	402.745	168.859	111.948
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	3.812	4.787	6.081
2.01.05.02.05	Credor pela concessão	1.349	1.464	1.630
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros	0	60.820	50.160
2.01.05.02.07	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.214	1.224	356
2.01.06	Provisões	15.887	24.438	14.695
2.01.06.02	Outras Provisões	15.887	24.438	14.695
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	15.887	24.438	14.695
2.02	Passivo Não Circulante	633.095	1.034.033	1.438.434
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	470.464	859.272	1.239.385
2.02.01.02	Debêntures	470.464	859.272	1.239.385

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.02	Outras Obrigações	1.977	43.204	81.711
2.02.02.02	Outros	1.977	43.204	81.711
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	46.237
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	0	42.900	33.758
2.02.02.02.07	Passivo de Arrendamento	1.977	304	1.716
2.02.04	Provisões	160.654	131.557	117.338
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	140.756	112.418	110.047
2.02.04.02	Outras Provisões	19.898	19.139	7.291
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	19.898	19.139	7.291
2.03	Patrimônio Líquido	847.364	779.803	570.296
2.03.01	Capital Social Realizado	226.145	226.145	226.145
2.03.02	Reservas de Capital	85.981	85.981	85.981
2.03.04	Reservas de Lucros	535.238	467.677	258.170
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	271.374	467.677	258.170
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	263.864	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	770.020	679.943	582.462
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-222.999	-213.459	-183.261
3.03	Resultado Bruto	547.021	466.484	399.201
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-53.366	-28.793	-72.116
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-59.550	-45.079	-79.203
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	4.436	-2.514	-2.070
3.04.03.01	Provisão para Perda de Crédito Esperada - Contas a Receber	4.436	-2.514	-2.070
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.748	18.800	9.157
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	493.655	437.691	327.085
3.06	Resultado Financeiro	60.533	3.341	-31.555
3.06.01	Receitas Financeiras	394.107	366.526	133.592
3.06.02	Despesas Financeiras	-333.574	-363.185	-165.147
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	554.188	441.032	295.530
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-202.370	-161.689	-109.556
3.08.01	Corrente	-181.715	-173.946	-124.024
3.08.02	Diferido	-20.655	12.257	14.468
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	351.818	279.343	185.974
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	351.818	279.343	185.974
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,7402	3,76372	2,50571

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	351.818	279.343	185.974
4.03	Resultado Abrangente do Período	351.818	279.343	185.974

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	426.927	356.979	348.669
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	489.451	424.925	364.735
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	351.818	279.343	185.974
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Corrente e Diferidos	20.655	-12.257	-14.468
6.01.01.03	Amortização do Intangível	82.609	78.467	75.099
6.01.01.04	Juros sobre debêntures passivas	163.864	186.181	127.444
6.01.01.05	Juros sobre debêntures ativas e mútuos com partes relacionadas	-187.608	-159.936	-63.380
6.01.01.06	Constituição (Reversão) da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários	39.305	12.575	54.671
6.01.01.08	Resultado de Instrumentos Financeiros	-9.385	141	-21.847
6.01.01.09	Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento e juros provisionados	101	0	0
6.01.01.10	Baixa de Intangível	73	9	132
6.01.01.11	Provisão para perdas de créditos esperada	-4.436	2.514	2.071
6.01.01.12	Provisão de manutenção	32.455	37.888	19.039
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.195	-41.279	15.507
6.01.02.01	Contas a receber e contas a receber poder concedente e partes relacionadas	-5.989	-3.216	-2.866
6.01.02.02	Aumento / Redução de despesas antecipadas e Outros Ativos	-7.321	-6.270	3.573
6.01.02.03	Depósito e Bloqueios Judiciais	37.726	-22.961	12.925
6.01.02.04	Fornecedores e prestadores de serviços e partes relacionadas	1.109	6.796	2.266
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	404	315	-40
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	140.952	144.028	126.056
6.01.02.07	Outras Contas a Pagar	-977	-1.838	1.379
6.01.02.08	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-177.099	-158.133	-127.786
6.01.03	Outros	-51.329	-26.667	-31.573
6.01.03.01	Apropriação de Outorga Variável	-115	-166	381
6.01.03.02	Provisão de Manutenção - Utilização	-40.247	-16.297	-19.177
6.01.03.03	Pagamento das Provisões Cíveis, Tributárias e Trabalhistas	-10.967	-10.204	-12.777
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	35.405	-20.658	-7.411
6.02.01	Aquisição de Ativo Intangível	-9.468	-20.658	-7.411

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.02.02	Mútuo com Partes Relacionadas	44.873	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-602.665	-351.923	-463.802
6.03.01	Debêntures - Captação	0	0	-249
6.03.02	Debêntures - Pagamento	-391.474	-183.117	-208.015
6.03.03	Pagamento de Juros de Debêntures	-168.404	-173.113	-91.332
6.03.04	Distribuição de Dividendos	-50.370	-12.925	-188.626
6.03.05	Pagamento de Principal e juros de Arrendamentos	-1.482	0	0
6.03.06	Liquidação Instrumentos Financeiros	9.065	17.232	24.420
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-140.333	-15.602	-122.544
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	328.818	344.420	466.963
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	188.485	328.818	344.419

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	226.145	85.981	467.677	0	0	779.803
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	226.145	85.981	467.677	0	0	779.803
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-196.302	-351.818	0	-548.120
5.04.08	Dividendos distribuídos (R\$ 2,64 por ação)	0	0	-196.302	0	0	-196.302
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-87.955	0	-87.955
5.04.10	Dividendo adicional proposto	0	0	0	-263.863	0	-263.863
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	351.818	0	351.818
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	351.818	0	351.818
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	263.863	0	0	263.863
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	263.863	0	0	263.863
5.07	Saldos Finais	226.145	85.981	535.238	0	0	847.364

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	226.145	85.981	258.170	0	0	570.296
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	226.145	85.981	258.170	0	0	570.296
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-69.836	0	-69.836
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-69.836	0	-69.836
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	279.343	0	279.343
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	279.343	0	279.343
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	209.507	-209.507	0	0
5.06.04	Transferência para lucros retidos	0	0	209.507	-209.507	0	0
5.07	Saldos Finais	226.145	85.981	467.677	0	0	779.803

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	226.145	85.981	368.689	0	0	680.815
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	226.145	85.981	368.689	0	0	680.815
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-110.519	-185.975	0	-296.494
5.04.08	Dividendos distribuídos (R\$2,02 por ação)	0	0	-150.000	0	0	-150.000
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-46.494	0	-46.494
5.04.10	Transferência para lucros retidos	0	0	139.481	-139.481	0	0
5.04.11	Dividendos distribuídos (R\$1,35 por ação)	0	0	-100.000	0	0	-100.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	185.975	0	185.975
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	185.975	0	185.975
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	226.145	85.981	258.170	0	0	570.296

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	848.975	760.500	644.083
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	829.853	733.187	622.229
7.01.02	Outras Receitas	13.027	28.397	17.364
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.659	1.429	6.560
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	4.436	-2.513	-2.070
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-163.260	-139.123	-119.391
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-96.520	-78.383	-58.350
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-35.329	-33.656	-26.487
7.02.04	Outros	-31.411	-27.084	-34.554
7.02.04.01	Custo da concessão	-15.148	-13.277	-11.289
7.02.04.02	Custo da construção	-1.659	-1.429	-6.560
7.02.04.03	Outros	-14.604	-12.378	-16.705
7.03	Valor Adicionado Bruto	685.715	621.377	524.692
7.04	Retenções	-82.609	-78.467	-75.099
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-82.609	-78.467	-75.099
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	603.106	542.910	449.593
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	404.636	375.667	137.283
7.06.02	Receitas Financeiras	404.636	375.667	137.283
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.007.742	918.577	586.876
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.007.742	918.577	586.876
7.08.01	Pessoal	31.226	35.961	63.324
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.588	27.133	55.038
7.08.01.02	Benefícios	7.083	7.241	6.829
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.555	1.587	1.457
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	291.280	240.126	172.455
7.08.02.01	Federais	249.093	202.956	140.926
7.08.02.02	Estaduais	182	79	70
7.08.02.03	Municipais	42.005	37.091	31.459

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	333.418	363.147	165.123
7.08.03.01	Juros	161.008	182.898	122.480
7.08.03.03	Outras	172.410	180.249	42.643
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	351.818	279.343	185.974
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	351.818	279.343	185.974

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2023

Concessionária Rodovias das Colinas S.A.

A Rodovias das Colinas S.A. está sediada na Rodovia Marechal Rondon, km 112, Marginal Oeste, sem número, Bairro Jardim Oliveira, Itu, no estado de São Paulo. Constituída em 26 de fevereiro de 1999, iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. A Sociedade tem como objetivo a exploração do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação, entre as cidades de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas, totalizando 307 km de extensão, incluindo as obras de melhorias e ampliações, além de sua operação e manutenção.

Em 25 de abril de 2013 a Sociedade obteve registro como “companhia aberta” junto à CVM.

AB Concessões S.A.

A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Mundys, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polônia.

A controladora AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%), Triângulo do Sol (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Destaques do ano de 2023

A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2023 teve um aumento de 13,2% em relação ao ano de 2022, o valor foi de R\$ 829.853 mil.

A receita líquida¹ no ano de 2023 foi de R\$ 768.361 mil (+13,2%).

O tráfego da Companhia em 2023 foi de 65.572 mil de eixos equivalentes², volume 6,1% acima do tráfego registrado no ano de 2022.

O EBITDA ajustado³ da Companhia foi de R\$ 612.977 mil no ano de 2023 (+9,7%).

2. Desempenho Operacional

O número de veículos que transitaram pelas rodovias da Concessionária aumentou em 7,5% em 2023.

O tráfego da Companhia tem sua maior concentração nas rodovias SP 280 (Castello Branco) e SP 075 (Santos Dumont), as quais representam aproximadamente 60,8% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes.

O corredor da Rodovia SP 280 é uma importante via de ligação entre a região que engloba o Centro e Oeste do Estado de São Paulo e o Estado do Mato Grosso do Sul, grandes produtoras de commodities do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos, sendo cerca de 59,4% do seu tráfego representado por eixos pesados.

Na Rodovia SP 075, o tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades no entorno de Campinas e Sorocaba, bem como pelo tráfego para o Aeroporto de Viracopos, sendo que os eixos leves representam 60,8% do seu tráfego total.

Em 2023, a tarifa média⁴ por eixo equivalente da Companhia foi de R\$ 12,66, o que representa um crescimento de 6,7% em relação ao ano de 2022.

¹ Exclui as Receitas de Construção

² Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

³ O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

⁴ A tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número total de eixos equivalentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3. Desempenho Econômico-Financeiro**

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	770.020	100,0%	679.943	100,0%	90.077	13,2%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(222.999)	-29,0%	(213.459)	-31,4%	(9.540)	4,5%
LUCRO BRUTO	547.021	71,0%	466.484	68,6%	80.537	17,3%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Despesas gerais e administrativas	(59.550)	-7,7%	(45.079)	-6,6%	(14.471)	32,1%
Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	4.436	0,6%	(2.514)	-0,4%	6.950	-276,5%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.748	0,2%	18.800	2,8%	(17.052)	-90,7%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	493.655	64,1%	437.691	64,4%	55.964	12,8%
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	394.107	51,2%	366.526	53,9%	27.581	7,5%
Despesas financeiras	(333.574)	-43,3%	(363.185)	-53,4%	29.611	-8,2%
	60.533	7,9%	3.341	0,5%	57.192	1711,8%
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	554.188	72,0%	441.032	64,9%	113.156	25,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	(181.715)	-23,6%	(173.946)	-25,6%	(7.769)	4,5%
Diferidos	(20.655)	-2,7%	12.257	1,8%	(32.912)	-268,5%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	351.818	45,7%	279.343	41,1%	72.475	25,9%
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	4,74		3,76		0,98	25,9%

Receita Líquida

A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	829.853	98,5%	733.187	98,5%	96.666	13,2%
Outras receitas	11.279	1,3%	9.588	1,3%	1.691	17,6%
Receita de serviços de construção (*)	1.659	0,2%	1.429	0,2%	230	16,1%
Receita bruta	842.791	100,0%	744.204	100,0%	98.587	13,2%
Impostos sobre as receitas:						
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(42.001)	-5,0%	(37.086)	-5,0%	(4.915)	13,3%
PIS	(5.480)	-0,7%	(4.839)	-0,7%	(641)	13,2%
COFINS	(25.290)	-3,0%	(22.336)	-3,0%	(2.954)	13,2%
Receita líquida	770.020	91,4%	679.943	91,4%	90.077	13,2%
Receita Líquida (exclui receita de construção)	768.361	91,2%	678.514	91,2%	89.847	13,2%

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R\$ 678.514 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 768.361 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Esta variação resultou principalmente da combinação de três fatores: i) em 17 de agosto de 2022, por meio do termo aditivo e modificativo ("TAM") foi autorizado pelo Conselho Diretor da ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da não aplicação do ajuste tarifário de 2021-2022; ii) em 01 de julho de 2023, entrou em vigor o reajuste da tarifa no percentual de 3,94% baseado na

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

evolução do IPCA, entre maio/2022 e maio/2023, autorizado pelo Conselho Diretor da ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo em 28 de junho de 2023; iii) tráfego de 65.572 mil de eixos equivalente no ano de 2023, volume 6,1% acima do tráfego registrado no ano de 2022 (61.806 mil de eixos equivalentes). Em 2023, a receita com arrecadação de pedágio da Companhia sofreu um aumento de 13,2% em relação ao ano de 2022, totalizando R\$ 829.853 mil.

Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas

Os custos dos serviços prestados passaram de R\$ 213.459 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 222.999 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 (+4,5%).

As despesas gerais e administrativas passaram de 45.079 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 59.550 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 (+32,1%).

	2023	AV%	2022	AV%	Var R\$	Var %
Serviços de terceiros - conserva, manutenção e operação das rodovias	(36.713)	13,3%	(42.463)	17,5%	5.750	-13,5%
Amortização de intangível	(82.609)	29,9%	(78.467)	32,4%	(4.142)	5,3%
Custos com a exploração da concessão (custo variável outorga)	(15.148)	5,5%	(13.277)	5,5%	(1.871)	14,1%
Gastos com prestadores de serviços	(54.788)	19,8%	(50.941)	21,0%	(3.847)	7,6%
Gastos com funcionários	(33.588)	12,2%	(31.701)	13,1%	(1.887)	6,0%
Gastos com materiais e equipamentos	(26.856)	9,7%	(24.169)	10,0%	(2.687)	11,1%
Custos com construção	(1.659)	0,6%	(1.429)	0,6%	(230)	16,1%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(39.305)	14,2%	(12.575)	5,2%	(26.730)	212,6%
Outras despesas	(5.135)	1,9%	(4.116)	1,7%	(1.019)	24,8%
Reembolso de Seguros	13.252	-4,8%	598	-0,2%	12.654	2116,1%
Provisão para perdas de crédito esperada	4.436	-1,6%	(2.514)	1,0%	6.950	-276,5%
Ganhos em processos judiciais	-	0,0%	17.115	-7,1%		
Outras receitas	1.748	-0,6%	1.687	-0,7%	61	3,6%
	<u>(276.365)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(242.252)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(34.113)</u>	<u>14,1%</u>
Classificadas como:						
Custo dos serviços prestados	(222.999)	80,7%	(213.459)	88,1%	(9.540)	4,5%
Gerais e administrativas	(59.550)	21,5%	(45.079)	18,6%	(14.471)	32,1%
Provisão para perdas de crédito esperada	4.436	-1,6%	(2.514)	1,0%	6.950	-276,5%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.748	-0,6%	18.800	-7,8%	(17.052)	-90,7%
Total	<u>(276.365)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(242.252)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(34.113)</u>	<u>14,1%</u>

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais:

Custos Inerentes à Operação	2023	AV%	2022	AV%	Var %
Funcionários	(33.588)	14,1%	(31.701)	16,0%	6,0%
Materiais e equipamentos	(26.856)	11,3%	(24.169)	12,2%	11,1%
Ônus variável da concessão	(15.148)	6,4%	(13.277)	6,7%	14,1%
Prestadores de serviços	(54.788)	23,0%	(50.941)	25,7%	7,6%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(39.305)	16,5%	(12.575)	6,3%	212,6%
Reembolso de Seguros	13.252	-5,6%	598	-0,3%	2116,1%
Provisão para perdas de crédito esperada	4.436	-1,9%	(2.514)	1,3%	-276,5%
Outras despesas	(5.135)	2,2%	(4.116)	2,1%	24,8%
Ganhos em processos judiciais	-	0,0%	17.115	-8,6%	-100,0%
Outras receitas	1.748	-0,7%	1.687	-0,9%	3,6%
Sub Total	<u>(155.384)</u>	<u>65,3%</u>	<u>(119.893)</u>	<u>60,4%</u>	<u>29,6%</u>
Depreciação e amortização	(82.609)	34,7%	(78.467)	39,6%	5,3%
Sub Total	<u>(237.993)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(198.360)</u>	<u>100,0%</u>	<u>20,0%</u>
Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção					
	2023	AV%	2022	AV%	Var %
Conserva especial	(40.247)	104,9%	(16.297)	37,1%	147,0%
Constituição da provisão para manutenção	(36.713)	95,7%	(42.463)	96,7%	-13,5%
Utilização da provisão para manutenção	40.247	-104,9%	16.297	-37,1%	147,0%
Despesas com construção	(1.659)	4,3%	(1.429)	3,3%	16,1%
Sub Total	<u>(38.372)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(43.892)</u>	<u>100,0%</u>	<u>-12,6%</u>
Total Custos e Despesas Operacionais	<u>(276.365)</u>		<u>(242.252)</u>		<u>14,1%</u>

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram:

- Materiais e equipamentos: i) maior utilização de material em função das demandas da concessionária.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Prestadores de serviços: i) reajustes de preço com prestadores de serviços conforme definido em contrato.

- Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

- Reembolso de seguros: i) os reembolsos são expectativas conforme os tipos de sinistros ocorridos, ressaltando que os reembolsos não são somente referentes aos sinistros ocorridos em 2023, mas também de sinistros anos anteriores.

- Outras receitas: i) demandas conforme a necessidade, referente ao contrato de receitas acessórias pelo uso da faixa de domínio, TAP – Tarifa Adicional de Pedágio e AET – Autorização Especial de Trânsito.

EBITDA Ajustado

	2023	2022	V.H.
Receita líquida	770.020	679.943	13,2%
Receita de construção	(1.659)	(1.429)	16,1%
Receita Líquida (ex. receita de construção)	768.361	678.514	13,2%
Custos operacionais	(276.365)	(242.252)	14,1%
Custos de construção	1.659	1.429	16,1%
Custos Operacionais (ex custos de construção)	(274.706)	(240.823)	14,1%
EBIT	493.655	437.691	12,8%
Depreciação e amortização	82.609	78.467	5,3%
EBITDA	576.264	516.158	11,6%
Provisão manutenção	36.713	42.463	-13,5%
EBITDA Ajustado	612.977	558.621	9,7%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>79,8%</i>	<i>82,3%</i>	<i>-3,1%</i>

O EBITDA ajustado da Companhia – métrica utilizada para melhor refletir a geração de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura – foi de R\$ 612.977 mil em 2023 (+9,7%).

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 437.691 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 493.655 mil no exercício findado em 31 de dezembro de 2023.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro da Companhia passou de R\$ 3.341 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 60.533 mil no exercício findado em 31 de dezembro de 2023. Os principais fatores que impactaram a variação entre os períodos foram os juros e variações monetárias sobre debêntures, juros com partes relacionadas (debêntures credoras), resultado com operações de instrumentos financeiros, receita com aplicações financeiras e amortizações que reduziram o saldo da dívida com terceiros.

Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de R\$ 441.032 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 554.188 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 (+25,7%).

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) passaram de R\$ 161.689 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 202.370 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 (+25,2%).

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do Exercício passou de R\$ 279.343 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 351.818 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 (+25,9%).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dividendos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram pagos dividendos no total de R\$ 50.370 mil para a controladora AB Concessões.

Investimentos

Em 2023, a Concessionária vem mantendo ao longo dos anos, o seu compromisso com os usuários da rodovia, realizando diversas ações a fim de manter os melhores padrões em segurança, conservação e monitoramento da rodovia, conforme previsto em contrato.

Dívida Líquida

A Companhia possui saldo de dívida líquida no valor de R\$ 677.835 mil em 31 de dezembro de 2023, como resultado da 9ª e 10ª emissão de debêntures.

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimento	2023	2022
4ª emissão:					
3ª série (*)	25.500	IPCA a 100% + 5,70% a.a.	abr/23	-	163.523
5ª emissão:	100	CDI a 100% + 1,30% a.a.	out/23	-	88.816
9ª emissão:					
1ª série	41.000	CDI a 100% + 1,50% a.a.	jun/25	411.836	412.564
2ª série	10.463	CDI a 100% + 1,65% a.a.	jun/24	52.552	105.291
10ª emissão:					
1ª série	400.000	CDI a 100% + 2,50% a.a.	dez/26	401.932	402.674
2ª série	100.000	CDI a 100% + 2,00% a.a.	dez/23	-	100.647
Saldo				866.320	1.273.515
Caixa				(188.485)	(328.818)
Dívida Líquida				677.835	944.697

(*) Estas operações estão sendo mensuradas aos valores justos por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo.

No ano de 2023, a Companhia realizou o pagamento de juros e principal (debêntures) no valor total de R\$ 559.878 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As contratações de instrumentos financeiros derivativos têm o objetivo de proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, e foram firmadas com várias contrapartes.

A Companhia contratou "swap" para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação CDI mais 0,279 a 0,66% em média ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do "hedge"), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo.

Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros. Durante o período, o "hedge" foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R\$ 8.320 mil e reconhecido no resultado como receita financeira no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2023, é como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Data de início dos contratos</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Posição (valor de referência)</u>	<u>Valor de referência (nacional)</u>	<u>Valor justo ("fair value")</u>	<u>Valor justo ("fair value")</u>	<u>Efeito acumulado - valor a receber (pagar)</u>
					<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	
Contratos ponta ativa							
<i>Taxa pós</i>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	100.000	-	60.310	-60.310
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	157.265	-	94.846	-94.846
Total				382.043	-	155.156	-155.156
Contrato ponta passiva							
<i>Taxa pós</i>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,69%	100.000	-	33.569	-33.569
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,669%	157.265	-	52.767	-52.767
Total				382.043	-	86.336	-86.336
Instrumentos derivativos, líquidos a realizar					-	68.820	-68.820
Instrumentos derivativos, líquidos							-68.820
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							8.320
Recebimento de instrumento financeiro							63.820
Efeito acumulado no período							3.320

Offset Swap

Em 5 de março de 2018, a Companhia contratou operações de swap a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou swaps para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 10,03% a 22,15% em média ao ano (ponta ativa).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Governança Corporativa

Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia

Conselho de Administração

- O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.
- Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio

Auditoria e Demonstrações Financeiras

- Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras
- Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)

Transparência e Gestão

- Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados
- Política de divulgação e uso de informações que estabelece normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos e fatos relevantes
- Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. Responsabilidade Socioambiental

Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. Portanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado especialmente para programas que valorizam a integridade, a segurança nas estradas e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, realiza um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado dos eventos no perímetro da malha rodoviária concedida e que tem sido a base para o desenvolvimento de projetos focados na redução de acidentes. Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as causas prováveis e elabora a estratégia a ser aplicada para evitar novos acidentes. Há também programas de redução e prevenção de acidentes, um trabalho preventivo no qual as concessionárias fazem investimentos em segurança viária em pontos que são diagnosticados como críticos. Os programas também promovem campanhas educativas em parceria com a Polícia Rodoviária.



Caminhoneiro
na Via

Com foco nos caminhoneiros, o Grupo realiza ações gratuitas em diversas partes da malha rodoviária concedida. Na campanha “Caminhoneiro na Via”, estão disponíveis atividades para os caminhoneiros, como medição da pressão arterial, teste de diabetes, corte de cabelo, acuidade visual e orientações sobre saúde bucal. Além disso, os motoristas recebem orientações sobre direção segura, inspeção veicular e elétrica dos caminhões.



Ciclista
na Via

A prevenção é uma das principais ações a serem tomadas pelos ciclistas que percorrem as rodovias. Por isso, o Grupo realiza atividades que são realizadas nos pontos de maior circulação de bicicletas, principalmente as passarelas, com a entrega de folhetos com dicas de segurança, fixação de adesivos refletivos nas bicicletas e cadastramento dos ciclistas. O “Ciclista na Via” orienta também os ciclistas para as medidas de segurança em cruzamentos de trânsito.



Motociclista
na Via

O Grupo AB Concessões levou a campanha “Motociclista na Via” a pontos com alta concentração de motociclistas. Nestes locais, itens de segurança são verificados nas motocicletas, e há a distribuição de folhetos com dicas de direção segura e fixação de adesivos refletivos em capacetes.



Pedestre
na Via

Os pedestres também estão sob os holofotes da AB Concessões. A campanha “Pedestre na Via” distribui panfletos com dicas de prevenção para evitar atropelamentos. Um café da manhã é oferecido aos usuários nas passarelas, que são instruídos a usar com prudência os cruzamentos sinalizados existentes nas rodovias bem como as passarelas.



Usuário
na Via

Agentes em destaque nas rodovias, os usuários recebem atenção especial na campanha “Usuário na Via”, que visa reduzir o número de acidentes e aumentar a segurança nas rodovias. Ao longo do ano, com ênfase em feriados, férias e outras datas em que há maior fluxo de veículos nas estradas, intensifica-se o número de palestras, blitzes de informação e saúde e distribuição de folhetos com conteúdo de segurança, meio ambiente, entre outros.



Educação
na Via

Todos sabem que as crianças e jovens de hoje serão os impulsionadores do amanhã. Por isso, a AB Concessões desenvolve a campanha “Educação na Via”, que investe em ações de conscientização de crianças e jovens. Com atividades divertidas e o apoio da Polícia Rodoviária, crianças e adolescentes são informados das medidas de proteção ao usar as rodovias. Essas atividades acontecem em vários locais da via, comunidades lindeiras, e em escolas, quando equipes devidamente treinadas levam as informações aos alunos e professores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Com esta campanha, as propriedades lindeiras são visitadas pelas equipes do Grupo a fim de alertar os moradores sobre a importância da instalação de cercas para que seus animais não invadam a pista. Dentro do “Comunidade na Via”, os colaboradores (diretos e indiretos) também recebem orientações, por meio de palestras, sobre conservação ambiental, segurança, educação no trânsito e saúde.

6. Auditores Independentes:

Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não- auditoria com base no princípio de que o auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

7. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Rodovias das Colinas S.A. ("Companhia"), sediada em Itu, Estado de São Paulo, constituída em 26 de fevereiro de 1999, iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. A Companhia tem como objeto social a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre as cidades de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas, por meio de Contrato de Concessão. Em 25 de abril de 2013, a Companhia obteve registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia é uma controlada direta da AB Concessões S.A., por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Mundys (nova razão social da Atlantia) ("Grupo").

O Contrato de Concessão tem como objetivo a execução, a gestão e a fiscalização dos serviços delegados, a prestação de serviços de apoio aos serviços não delegados e de serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 240 meses, com início em março de 2000. As cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo - TAM nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00, foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, como forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, reconhecido pelo TAM nº 18/06, sem alteração do valor do ônus fixo (vide Nota 11), nem do prazo de pagamento original, passando o prazo da concessão para 340 meses com término em 02 de julho de 2028. Em complemento ao desequilíbrio econômico, reconhecido no TAM nº 18/06, a Companhia formalizou a compensação, nas parcelas mensais do ônus fixo, das diferenças de majoração supervenientes de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (2% para 3%), a partir de março de 2007 até fevereiro de 2020.

De acordo com o contrato de concessão original, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM nº 25/11, de 1º de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual, do Poder Concedente, para verificação da existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, por meio de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

As cláusulas deste TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013, entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do Contrato de Concessão. Contudo, conforme determinação do Governador do Estado de São Paulo, o reajuste das tarifas não foi repassado aos usuários, sendo o ônus dessa medida assumido pelo Estado. A compensação dos impactos dessas medidas está sendo analisada pela ARTESP. Até o momento foram determinados os seguintes procedimentos de compensação: (a) redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável) por prazo indeterminado; e (b) implantação da cobrança dos eixos suspensos para caminhões. A redução do ônus variável deverá ser formalizada por meio de um TAM específico e a cobrança dos eixos suspensos para caminhões está em vigor desde a publicação da resolução do Governo do Estado de São Paulo. Outras medidas em estudo para a compensação dos impactos do não repasse do reajuste das tarifas são: (i) utilização de eventuais créditos que o Poder Concedente detenha contra a Companhia; e (ii) se houver necessidade, utilização do pagamento dos valores fixos mensais (ônus fixo) devido.

Em 28 de junho de 2014, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2014, em 5,51%, percentual este em desacordo com o que prevê a deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP. A Companhia desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição dos reajustes, o que evidencia a unilateralidade da medida, e irá negociar o reajuste correto com a ARTESP, para assegurar seus direitos contratuais. Em 27 de junho de 2015, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. No dia 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Companhia e a ARTESP o Termo de Retificação ao Termo Aditivo e Modificativo nº 25/11, o qual estabelece que, a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado à Companhia o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 30 de maio de 2018, foi sancionado a Resolução SLT nº 04, a qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia possui o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Em 1º de julho de 2019, através do Termo Aditivo e Modificativo - TAM nº 26/2019 do Contrato de Concessão nº 012/CR/2000, foi autorizado o reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de eventual desequilíbrio causado pela implantação do Projeto Piloto Ponto a Ponto. O reequilíbrio econômico-financeiro, será feito por intermédio de desconto integral, no valor relativo às parcelas do Ônus Variável, nos termos da Cláusula 24 do Contrato de Concessão.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 27, de 03 de junho de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 115 dias, a partir de 03 de julho de 2028. Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 26 de outubro de

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

2028. Durante o período de prorrogação será devido ao Poder Concedente o valor referente à outorga variável sobre as receitas de pedágio apuradas no período.

Em 30 de junho de 2022, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo ("Artesp"), tendo em vista o atual contexto econômico extraordinário, comunicou a decisão de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão de rodovias do Estado de São Paulo.

Em 07 de julho de 2022 o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), no âmbito do Processo ARTESP-PRC2022/04426, publicou, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a decisão de acatar integralmente as determinações da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo que reconhece a necessidade de reequilibrar os contratos de concessão das concessionárias de rodovia estaduais em função da ausência de reajuste tarifário a partir de 1º de julho de 2022. A decisão estabeleceu ainda que o reajuste tarifário deveria ser implementado até 31 de dezembro de 2022, e que os respectivos contratos de concessão seriam reequilibrados por meio de indenização financeira com pagamentos bimestrais até que o reajuste ocorresse.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 02/2022, de 17 de agosto de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da não aplicação do ajuste tarifário de 2021-2022. A recomposição foi mediante emprego de verbas do tesouro, com pagamentos bimestrais realizados pelo poder concedente. Os pagamentos foram realizados à Companhia no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022.

Em 14 de dezembro de 2022, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 10,72% baseados na evolução do IGPM entre junho/2021 e maio/2022, que vigorou de 16 de dezembro de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 28 de junho de 2023, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 3,94% baseados na evolução do IPCA entre maio/2022 e maio/2023, a vigorar a partir de 1º de julho de 2023.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso (ônus) de pagar:

- Valor fixo liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 2000. Esse valor foi reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento foi aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Essa obrigação foi registrada na rubrica "Credor pela concessão" e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 5% ao ano, definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica "Direito de outorga da concessão", classificada no ativo intangível.
- Valor variável correspondente a 1,50% da receita de pedágio e 23,50% das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Adicionalmente, a Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras concluídas*Rodovia SP-300 - Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto e Marechal Rondon*

- Duplicações: km 64,60 ao km 103 (trecho Jundiaí/Itu); km 108,90 ao km 136,6 (Itu/Porto Feliz); km 140,825 ao km 144,120 (Porto Feliz/Tietê); km 149,96 ao km 152,3 (Porto Feliz/Tietê); km 155,35 ao km 158,65 (Tietê). Adicionalmente, foram implantados dispositivos de retorno, além de outros melhoramentos determinados pelo Poder Concedente quando da assinatura do contrato.

Rodovia SP-127 - Rodovia Professor Francisco da Silva Pontes, Rodovia Antonio Romano Schincariol, Rodovia Cornélio Pires, Rodovia Fausto Santomauro

- Duplicações: km 39,90 ao km 50,52 (Piracicaba/Rio das Pedras/Saltinho); km 55,3 ao km 58,48 (Rio das Pedras), km 62,3 ao km 63,64 (Tietê); km 76 ao km 105,90 (Tietê/Cerquilha/Tatuí). Adicionalmente, foram implantados dispositivos de retorno, além de outros melhoramentos e recuperação e manutenção do Contorno de Piracicaba - SP 127 e implantação de ponte km 82,4 (Rio Tietê).
- Duplicações: km 51 ao km 83 (Saltinho/Tietê), sendo dividida na seguinte etapa: km 51 ao km 52,2 (Saltinho).
- Implantação: dispositivo de retorno km 96,9 Cerquilha, realizado conforme solicitação no km 92.

SP 280 - Rodovia Presidente Castelo Branco

- Implantação de faixas adicionais do km 110 ao km 122,7 - pista leste Boituva e do km 104,1 ao km 122,7 - pista oeste Porto Feliz/Boituva.
- Implantação de vias marginais km 90,5 ao km 94,2 (Toyota).

SPI 102/300 - Anel Viário Itu

- Implantação de 7,1 km do Anel Viário de Itu, ligando as rodovias SP 300 do km 102 a SP 075 na altura do km 32 com a execução de obras de arte especiais.

SP075 - Rodovia Santos Dumont, José Ermírio de Moraes, Deputado Archimedes Lammoglia, Prefeito Helio Steffen e Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado

- Duplicação do km 36,60 ao km 38,85, além da implantação de passarelas e outros elementos de segurança.
- Implantação do Complexo Viário de Interligação do Distrito Industrial de Indaiatuba - km 50,9.

A Companhia estima o montante de R\$ 35.785 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 43.577 em 31 de dezembro de 2022), para cumprir com as obrigações de realizar as recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A Companhia, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos para as estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com Poder Concedente, conforme previsões do Contrato de Concessão.

A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 22 de março de 2024.

Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativa e julgamento

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que tenham risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis, determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação de provisões para manutenção, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, cronograma esperado de desembolsos, que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

a) *Contabilização do Contrato de Concessão*

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão. O Contrato de Concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na Nota 1.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação técnica, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

b) *Momento de reconhecimento do ativo intangível*

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

c) *Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão*

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso.

d) *Provisão para manutenção referente ao Contrato de Concessão*

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. A estimativa da provisão de manutenção envolve o uso de premissas tais como: (i) planejamento dos trabalhos de reparo, substituição, (ii) renovação de componentes individuais da infraestrutura, (iii) duração dos ciclos de manutenção, (iv) estado de reparo dos ativos, (v) o custo esperado para categorias homogêneas de intervenção, e (vi) taxa de desconto. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em mudança nas políticas contábeis em si.

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são:

2.1. Instrumentos financeiros ativos

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

Ativos Financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como: i) mensurados ao custo amortizado ou ii) valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- São mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável e irretratável como VJR um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins da avaliação do principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na performance do ativo).

Mensuração subsequente**Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação e mensuração subsequente

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR são mensurados pelo valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento**Ativos Financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos Financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperada no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2.2. Instrumentos de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com juros das debêntures como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de “hedge”.

Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado em uma relação de “hedge” é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A Nota 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge” de valor justo.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

2.3. Ativo intangível

A Companhia reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

2.4. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado seja menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Não foram identificadas ou registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.5. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e a contribuição social são calculadas sobre a base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, bem como créditos fiscais referentes ao benefício de ativo intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados pelo período remanescente do contrato de concessão.

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro provável em montante suficiente para sua realização.

2.6. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 13. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

2.7. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.8. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.9. Provisão para manutenção

A provisão é decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

2.10. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

Receita de construção

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade as normas de contabilidade. A Companhia reconheceu como receita de construção no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 1.659 (R\$ 1.429 em dezembro de 2022), e custo de construção nos mesmos valores.

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.11. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação da Companhia durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todos os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam ser convertidos em ações da Companhia e que causariam efeito de diluição.

2.12. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária.

2.13. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A DVA foi preparada a partir das demonstrações financeiras e seguem as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas de créditos esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia revisou as novas normas descritas a seguir que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 e concluiu que não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras:

- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS1 e IFRS *Practice Statement 2*);
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8) e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).
- Imposto mínimo complementar global.

Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1);
- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16) e
- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 17 e CPC 40/IFRS 7)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e contas bancárias	10.153	8.334
Aplicações financeiras (a)	178.332	320.484
Total	<u>188.485</u>	<u>328.818</u>

- (a) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

(CDBs) e aplicações em operações compromissadas com remuneração média de 98,97% em 31 de dezembro de 2023 (98,41% em 31 de dezembro de 2022), da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Contas a receber de cliente e do poder concedente

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico e outros (a)	58.842	48.396
ARTESP – ressarcimento	-	3.249
Receitas acessórias	1.321	5.807
Provisão para perdas de crédito esperada (c)	(1.187)	(8.872)
ARTESP - ponto a ponto (b)	69.381	69.352
Total	128.357	117.932
Circulante	58.976	48.580
Não circulante	69.381	69.352

(a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. Vide Nota 21, seção “riscos de mercado”, item b).

(b) Contas a receber do Poder Concedente referentes à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio, cujo reequilíbrio econômico financeiro em favor da Companhia foi objeto do Termo Aditivo e Modificativo - TAM nº 26/2019, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01. Devido a evidência objetiva de realização desses saldos, nenhuma provisão para crédito esperada foi constituída. A Companhia aguarda definição do poder concedente quanto a forma de recebimento/compensação, e por isso classificou o montante integralmente como recebível a longo prazo.

(c) Refere-se, a provisão constituída para às passagens em análise pelos repassadores e receitas acessórias vencidas acima de 90 dias.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes e do Poder Concedente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP, é de 30 dias.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
No início do exercício	(8.873)	(6.359)
Adições à provisão no exercício	-	(2.514)
Reversões no exercício	4.437	-
Baixas no exercício	3.249	-
No final do exercício	(1.187)	(8.873)

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	58.917	48.387
Vencidos:		
Até 30 dias	16	243
De 31 a 90 dias	44	491
Acima de 91 dias (a)	70.567	78.224
	129.544	127.346

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

- (a) Refere-se substancialmente a montantes a receber do Poder Concedente, vencidos há mais de 90 dias do vencimento original, referentes à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio no valor de R\$ 69.381, conforme item b) acima.

6. Partes relacionadas

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Controladora:		
AB Concessões S.A. - debêntures (a)	1.182.996	-
AB Concessões S.A. – mútuo a receber (b)	247.245	-
Ativo não circulante		
Controladora:		
AB Concessões S.A. - debêntures (a)	-	1.029.727
AB Concessões S.A. - mútuo a receber (b)	-	262.906
	<u>1.430.241</u>	<u>1.292.633</u>
Passivo circulante		
Serviços compartilhados - controladora:		
AB Concessões S.A. (d)	4.299	1.422
Contas a Pagar para partes relacionadas:		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	1.251	671
Fornecedores - outras partes relacionadas:		
Monte Verde de Lins Empresa Imobiliária Ltda. (f)	39	39
Contern Construções e Comércio Ltda. (e)	596	596
	<u>6.185</u>	<u>2.728</u>
Dividendos a pagar - controladora:		
AB Concessões S.A. (g)	402.745	168.859
Transações	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos serviços prestados		
Outras partes relacionadas		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	(18.210)	(16.586)
Despesas administrativas		
Controladora direta:		
AB Concessões S.A. (d)	(13.840)	(13.065)
Receitas financeiras		
Controladora:		
AB Concessões S.A. (a) e (b)	187.608	159.936
	<u>155.558</u>	<u>130.285</u>

- (a) Debêntures; em 29 de junho de 2012, a então controladora AB Concessões S.A., emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A Companhia adquiriu 800 debêntures, remuneradas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros que variam de 2,80% a 3,20% ao ano, que seriam pagos integralmente na data de vencimento. Este contas a receber da controladora está vinculado à emissão, por parte da Companhia, das debêntures privadas descritas na Nota 8. Essas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014 e, posteriormente, para 31 de dezembro de 2024. Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,20% a.a. entre os dias 24 de abril de 2013 e 31 de janeiro de 2014, 1,35% a. a. de 1º de fevereiro de 2014 a 14 de

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

agosto de 2017 e 1,6448% a.a. de 15 de agosto de 2017 até a data de seu vencimento em dezembro de 2024, podendo ser renovável. Em 30 de junho de 2023 ocorreu a prorrogação do vencimento para 31 de dezembro de 2024. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento, sendo incorporados a cada período de capitalização. Os recursos repassados à controladora, por meio da aquisição das referidas debêntures, foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela Concessionária SPMAR S.A., empresa concessionária dos trechos sul e leste do Rodoanel Mário Covas, localizado na região metropolitana de São Paulo.

Em 24 de março de 2021, foi realizada a alienação de 83 (oitenta e três) debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da AB Concessões S.A. no valor de R\$ 99.144, através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

- (b) Saldo de mútuo com a AB Concessões S.A., sobre o qual incidem juros de 30% acima das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DIs de um dia, expressas de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, tendo como vencimento original 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovável por igual período. Em 12 de dezembro de 2016, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2021 e a taxa de remuneração foi alterada para 110% do DI - Certificado de Depósitos Interbancários, ao ano, expressa de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, aplicados a partir de 1º de janeiro de 2017, e foram amortizados R\$171.392 de juros do saldo de mútuo com a AB Concessões S.A., com saldo de dividendos distribuídos na mesma data. Em 17 de dezembro de 2021, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2024.

Em 30 de junho de 2023, foi realizada a amortização antecipada de parte do Mútuo, por pagamento, no montante de R\$50.000.

- (c) Contrato de prestação de serviços de conservação de rotina da faixa de domínio, nas rodovias existentes na malha rodoviária administrada pela Companhia, cujos valores - divulgados como "Gastos com prestadores de serviços", conforme nota explicativa nº 17 - são os resultantes de medições de serviços efetivamente prestados, e cuja liquidação é efetuada até o último dia útil do mês seguinte ao da execução dos serviços.
- (d) Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas referente a gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executada pela controladora AB Concessões, cujos valores - divulgados como "Gastos com prestadores de serviços", conforme nota explicativa nº. 17 - são arcados inicialmente pela controladora e reembolsados trimestralmente pelas controladas mediante Nota de Débito, sem qualquer margem de lucro, até o último dia útil do mês subsequente à prestação de contas.
- (e) Refere-se à prestação de serviços / retenções contratuais relacionadas a obras de duplicação.
- (f) Vinculadas a contratos específicos, os quais definiram os serviços a serem realizados, assim como os preços desses serviços.
- (g) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram pagos dividendos no total de R\$ 50.370 (R\$ 12.925 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo a movimentação dos exercícios:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	111.948
Dividendos mínimos obrigatórios (Vide nota 15)	69.836
Dividendos pagos no exercício	(12.925)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	168.859
Dividendos aprovados em 27 de abril de 2023 (Vide nota 15)	196.303
Dividendos mínimos obrigatórios (Vide nota 15)	87.955
Dividendos pagos no exercício	(50.370)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	402.745

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada ou remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

O montante destinado e reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.385 (R\$ 2.117 em 31 de dezembro de 2023) os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores.

31/12/2023

31/12/2022

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

Salários	1.462	1.565
Encargos	522	419
Outros benefícios	401	133
Total	2.385	2.117

7. Intangível

A movimentação é como segue:

Custo	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.218.314	32.782	3.302	1.254.398
Adições	11.504	-	30	11.534
Baixas	(450)	-	-	(450)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.229.368	32.782	3.332	1.262.482
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.229.368	32.782	3.332	1.265.482
Adições	15.609	-	1.303	16.912
Baixas	(436)	-	-	(436)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.244.541	32.782	4.635	1.281.958

Amortização acumulada	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(707.065)	(25.672)	(3.183)	(735.920)
Amortização	(76.234)	(1.033)	(65)	(77.332)
Baixas	441	-	-	441
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(782.858)	(26.705)	(3.248)	(812.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(782.858)	(26.705)	(3.248)	(812.811)
Amortização	(80.095)	(1.066)	(43)	(81.204)
Baixas	363	-	-	363
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(862.590)	(27.771)	(3.291)	(893.652)

Intangível líquido	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	446.510	6.077	84	452.671
Saldos em 31 de dezembro de 2023	381.951	5.011	1.344	388.306

Taxa média (a.a.)	6,52%	3,25%	1,29%
-------------------	-------	-------	-------

(a) Refere-se a investimentos efetuados nas rodovias que geram benefício econômico futuro e que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

(b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota 1. Esse valor foi ajustado a valor presente, na data do seu registro original. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

8. Debêntures

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
4ª emissão: 3ª série (a)	25.500	IPCA + 5,70% a.a.	Abril/23	-	163.523
5ª emissão: 1ª série	100	CDI a 100% + 1,30% a.a.	Outubro/23	-	88.816
9ª emissão: 1ª série	41.000	CDI a 100% + 1,50% a.a.	Junho/25	411.836	412.564
2ª série	10.463	CDI a 100% + 1,65% a.a.	Junho/24	52.552	105.291
10ª emissão: 1ª série	400.000	CDI a 100% + 2,50% a.a.	Dezembro/26	401.932	402.674
2ª série	100.000	CDI a 100% + 2,00% a.a.	Dezembro/23	-	100.647
				866.320	1.273.515
Custo de transação				(3.044)	(5.904)
Saldo líquido				863.276	1.267.611
Circulante				392.812	408.339
Não circulante				470.464	859.272

(a) Estas operações foram mensuradas aos valores justos por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo (vide Nota 21).

Cronograma de desembolso (não circulante):

Ano do vencimento	Valor
2025	338.333
2026	133.333
(-) Custo de transação	(1.203)
	470.463

10ª emissão

Em 15 de dezembro de 2020 a Companhia efetuou a 10ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de dezembro de 2026. O montante total da emissão foi de R\$ 500.000, sendo 500.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, sendo 400.000 debêntures da 1ª série e 100.000 debêntures da 2ª série. As debêntures da 1ª série são remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 2,50% a.a. e as debêntures da 2ª série serão remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 2,00%.

Em 15 de Dezembro de 2023 a Companhia liquidou a 2ª série da 10ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

9ª emissão

Em 30 de julho de 2019 a Companhia efetuou a 9ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de junho de 2025. O montante total da emissão foi de R\$ 514.630, sendo 51.463 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, sendo 41.000 debêntures da 1ª série e 10.463 debêntures da 2ª série. As debêntures da 1ª série são remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 1,50% a.a. e as debêntures da 2ª série serão remuneradas pela variação de 100% do CDI acrescida de spread de 1,65% a.a..

5ª emissão

Em 13 de abril de 2016, a Companhia efetuou a 5ª emissão de debêntures públicas simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 13 de outubro de 2017, sendo os juros pagos na data de vencimento. O montante total da emissão foi de R\$ 100.000, sendo 100 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000, em série única, e são remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 2,25% ao ano. Em 9 de outubro de 2017, através de Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª emissão de debêntures, foi deliberada alterações nas cláusulas restritivas; bem como, a prorrogação do prazo de vencimento final, para 13 de outubro de 2020; modificação da forma de pagamento da remuneração, a fim de estabelecer que a remuneração incidente até 13 de outubro de 2017, será incorporada ao valor nominal unitário em 13 de outubro de 2017; e a remuneração incidente após tal data será paga em parcelas semestrais, a partir de 13 de outubro de 2018. Além destas alterações, o "spread" que compõe a remuneração, passa de 2,25% para 2,60% a.a., a partir de 13 de outubro de 2017.

Em 23 de outubro de 2019, através de Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª emissão de debêntures, foram deliberadas alterações nas cláusulas 4.9.1., 5.2., 6.1. da Escritura da 5ª. Emissão de Debêntures, alterações e exclusões de itens da cláusula 5.3.1., exclusão das cláusulas 4.7.1.2. e 4.7.1.2.1 da escritura; bem como, a prorrogação do prazo de vencimento, para 13 de outubro de 2023. Além das alterações, o "spread" que compõe a remuneração, que passa de 2,60% para 1,30% a.a., a partir de 23 de outubro de 2019 e alteração no cronograma de amortização para 30% do saldo do Valor Nominal Unitário em 13 de outubro de 2022 e 100% do saldo do Valor Nominal Unitário na data de vencimento das debêntures.

Em 13 de Outubro de 2023 a Companhia liquidou a 1ª série da 5ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.

4ª emissão

Em 15 de abril de 2013, a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures públicas nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de abril de 2023, em três séries (57.132 na primeira série, 12.368 na segunda série e 25.500 na terceira série), com garantia real e valor unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$ 950.000 na data de emissão.

As debêntures são garantidas, conforme demonstrado a seguir, e não possuem cláusula de repactuação:

(1) Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da emissora.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

(2) Cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do Contrato de Concessão mencionado na Nota 1.

Em 17 de Abril de 2023 a Companhia liquidou a 3ª série da 4ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.

Cláusulas restritivas

As escrituras da 9ª e 10ª emissão de debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

9. Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
De serviço de construção	17.530	13.378
De serviços operacionais	6.223	5.279
	<u>23.753</u>	<u>18.657</u>

10. Obrigações fiscais e Imposto de renda e contribuição social a pagar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	50.559	45.945
Programa de Integração Social - PIS e COFINS	7.769	5.517
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.898	4.052
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	51	51
PIS E COFINS s/ receitas financeiras (a)	-	42.900
Outros	503	462
	<u>62.780</u>	<u>98.927</u>
Circulante	62.780	56.027
Não Circulante	-	42.900

(a) Conforme nota explicativa n.º 13, a Companhia impetrou Mandado de Segurança visando afastar a exigibilidade das contribuições ao PIS/COFINS sobre as receitas financeiras prevista no Decreto federal nº 8.426/2015, tendo sido suspensa a exigibilidade destes tributos, mediante depósitos judiciais realizados pela Companhia. Em 13 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou petição requerendo o prosseguimento do juízo de admissibilidade dos recursos, com a aplicação do entendimento do STF, em sede de repercussão geral, quando o julgamento dos Temas n.º 756 e 939. Em 22 de maio de 2023, foi proferida decisão, por meio da qual a Vice-Presidência, em juízo de admissibilidade, (i) negou seguimento e inadmitiu o Recurso Extraordinário e (ii) inadmitiu o Recurso Especial, interpostos pela Companhia. Os depósitos judiciais realizados foram convertidos em favor da União Federal e o crédito tributário foi extinto, nos termos do art.156, VI, do Código Tributário Nacional.

11. Credor pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, composto pelos valores devidos ao DER/SP pela outorga da concessão.

O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 2000 e a última em fevereiro de 2020. Os montantes foram reajustados conforme mencionado na nota explicativa nº. 1.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

O montante do ônus por concessão é apresentado como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Parcela variável	1.349	1.464
Total	<u>1.349</u>	<u>1.464</u>

Saldo variável correspondente a 1,50% da receita de pedágio e 23,50% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Conforme mencionado na Nota 1, pelo fato de o reajuste das tarifas de pedágio não ter sido repassado aos usuários, este percentual foi reduzido de 3% para 1,50% por prazo indeterminado, devendo essa redução ser formalizada através de TAM específico.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi compensado com valores referente ao Projeto Ponto a Ponto (TAM nº 26/2019), conforme nota explicativa nº 01, o montante de R\$ 15.262 referente a parte variável do direito de outorga (R\$ 13.444 em 31 de dezembro de 2022).

12. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão para manutenção são revisados anualmente, e provisionados a cada trecho de rodovia com intervenções que ocorrem, em média, a cada quatro anos. Os valores foram ajustados a valor presente à taxa de 9,71% ao ano em 2023 e 12,62% ao ano em 2022.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.986
Constituição da Provisão	46.726
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(10.413)
Utilização	(16.297)
Ajuste a valor presente	1.575
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>43.577</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2022	43.577
Constituição da Provisão	26.911
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(1.185)
Utilização	(40.247)
Ajuste a valor presente	6.729
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>35.785</u>

Circulante	24.438
Não circulante	19.139

Total em 31 de dezembro de 2022	<u>43.577</u>
--	----------------------

Circulante	15.887
Não circulante	19.898

Total em 31 de dezembro de 2023	<u>35.785</u>
--	----------------------

O consumo da provisão é estimado para acontecer conforme abaixo:

31/12/2023	
2024	15.887

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2025	5.845
2026	14.053
	35.785

13. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outras

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes casos administrativos (não trabalhistas ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

A administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que a sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros de responsabilidade civil contratados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado em 31 de dezembro de 2023, na rubrica de outros ativos, no montante de R\$ 18.046 (R\$ 4.794 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários é conforme segue:

	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	31/12/2023
Cíveis (a)	16.954	12.755	-	(4.534)	9.915	35.090
Trabalhistas (b)	85.161	3.020	(5.388)	(5.085)	9.883	87.591
Tributárias (d)	211	-	-	-	94	305
Outros processos (c)	10.092	17.448	(8.422)	(1.348)	-	17.770
Total	112.418	33.223	(13.810)	(10.967)	19.892	140.756

	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	31/12/2022
Cíveis (a)	20.023	5.568	(2.628)	(6.544)	535	16.954
Trabalhistas (b)	76.549	7.241	(6.572)	(725)	8.668	85.161
Tributárias (d)	1.024	-	(825)	-	12	211
Outros processos (c)	12.451	126	(515)	(2.935)	965	10.092
Total	110.047	12.935	(10.540)	(10.204)	10.180	112.418

- (a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. Estes valores, decorrem, dentre outros, da tese de responsabilidade objetiva (sem culpa) atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.
- (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. O incremento identificado decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico, conforme legislação trabalhista, e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a Companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores. Por recomendação dos seus advogados, a Companhia adotou o IPCA-E como índice de atualização das provisões de natureza trabalhistas, conforme aplicável.
- (c) Correspondem, substancialmente, a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.
- (d) Refere-se a casos judiciais vinculados aos fiscos municipais, no que tange ao recolhimento do ISSQN.

A Companhia é parte em processos cíveis avaliados com risco de perda possível (casos judiciais não trabalhistas ou tributários), decorrentes de pedidos de indenização por usuários das rodovias, discussões com fornecedores e com o Poder Público no valor de R\$ 31.757 (R\$ 30.123 em 31 de dezembro de 2022), trabalhistas, decorrentes de pedidos de

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras e aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros, no valor de R\$ 3.135 (R\$ 10.554 em 31 de dezembro de 2022), tributários, decorrentes de casos judiciais de âmbito federal e/ou municipal, no valor de R\$ 140.068 (R\$ 115.535 em 31 de dezembro de 2022) e outras contingências decorrentes de processos administrativos, não trabalhistas ou tributários, iniciadas por notificações aplicadas pelo Poder Público no valor de R\$ 26.268 (R\$ 28.558 em 31 de dezembro de 2022) ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível com o suporte de seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões.

Dentre os processos cíveis, mencionados acima, consta a ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM nº 19/06, que, conforme mencionado na nota explicativa nº. 1, aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, com o suporte de seus advogados. Em novembro de 2017, o processo foi julgado improcedente em 1ª Instância, mantendo a prorrogação da concessão e em maio de 2019 restou publicado acórdão confirmando a improcedência da ação em 2ª instância. Aguarda-se andamento do processo com apresentação de eventuais recursos pela ARTESP e Governo do Estado de São Paulo para os Tribunais Superiores.

O principal processo tributário, do saldo também mencionado acima, trata-se da ação declaratória com pedido de tutela provisória que visa a declarar a inexistência de relação jurídica com a União Federal (Fazenda Nacional) no que tange à incidência do Imposto IRPJ e da CSLL quanto ao reconhecimento da higidez das amortizações fiscais de ágio realizadas trimestralmente nos anos de 2016 a 2021.

A Companhia mantém depósitos e bloqueios judiciais, classificados no ativo não circulante, que estão assim representados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis e trabalhistas	4.653	7.425
Processos tributários (a)	80.952	108.937
Bloqueios judiciais (b)	67.729	74.698
Total de depósitos judiciais	153.334	191.060

(a) A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 80.377 (R\$ 66.375 em 31 de dezembro de 2022) referente a pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de ágio fiscal, conforme mencionado na nota explicativa nº 14; e ii) outros depósitos que totalizam R\$ 575 (R\$ 582 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia possuía depósitos judiciais relativos à discussão judicial sobre incidência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras no montante de R\$ 41.980 em 31 de dezembro de 2022 e possuía Obrigações Fiscais referente ao referido depósito. Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, os depósitos judiciais realizados foram convertidos em favor da União Federal e o crédito tributário foi extinto, nos termos do art.156, VI, do Código Tributário Nacional.

(b) O saldo de bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$ 67.729 (R\$ 74.698, em 31 de dezembro de 2022) referem-se a garantias judiciais, que correspondem principalmente a processos de natureza trabalhista de terceiros, nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e figurou como parte na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial.

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Crédito de imposto	31/12/2023	Reconhecido no resultado	31/12/2022
Diferença temporária			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	140.756	28.338	112.418
Provisão para perdas de créditos esperada	1.187	(7.685)	8.872
Arrendamento mercantil e provisões diversas	1.083	1.083	-
Provisão para manutenção	35.786	(7.791)	43.577
Obrigações fiscais	4.320	(41.363)	45.683
Mudança de prática contábil (ICPC 01 e OCPC 05) (i)	56.661	(12.532)	69.193
Instrumentos financeiros derivativos	-	(319)	319
Base de cálculo	239.793	(40.269)	280.062
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total dos créditos sobre diferenças temporárias	81.530	(13.692)	95.221
Benefício fiscal incorporado (ii)	30.677	(6.817)	37.494
Total dos créditos	112.207	(20.508)	132.715

Débito de imposto	31/12/2023	Reconhecido no resultado	31/12/2022
Diferença temporária			
Outros ativos (v)	18.046	(13.252)	4.794
Encargos financeiros antecipados (iii)	3.043	2.860	5.903
Diferenças de taxa de amortização (iv)	77.153	17.145	94.298
Atualização de depósitos judiciais sobre o Ágio	12.928	(7.185)	5.743
Base de cálculo	111.170	(432)	110.738
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total do débito	37.798	(147)	37.651
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	74.409	(20.655)	95.064

- (i) O montante líquido de R\$ 56.661 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 69.193 em 31 de dezembro de 2022) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais decorrentes da adoção da lei 12.973/2014 e está sendo amortizado pelo prazo remanescente de concessão.
- (ii) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição da Companhia, pago por sua antiga controladora, que posteriormente foi incorporada pela Companhia (incorporação reversa) em 31 de julho de 2015. Com a cisão e posterior incorporação pela Companhia da parcela cindida, a Companhia passou a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, no montante de R\$85.216, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrado conforme Instrução CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM, bem como interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Esses impostos diferidos ativos tiveram como contrapartida a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura da Companhia e está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até junho de 2028. Em 15 de fevereiro de 2022, por meio de Ata do Conselho de Administração da controladora AB Concessões, foi deliberado acerca do depósito judicial do ágio fiscal amortizado pela Companhia, com o consequente pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal ágio fiscal, bem como, pedido de declaração do direito de amortizar a parcela ainda não amortizada. Em 31 de dezembro de 2023 o total de depósitos judiciais é de R\$ 80.377 (referente ao período de janeiro de 2016 a outubro de 2023).
- (iii) Referem-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF retidos na liberação das debêntures, conforme Nota 8.
- (iv) Correspondem à diferença temporária entre a amortização para fins fiscais, e amortização contábil, pela curva de tráfico.
- (v) Referem-se aos casos onde a Companhia espera que parte dos valores das provisões sejam reembolsadas, em decorrência dos contratos de seguros, conforme mencionado na Nota 13.

a) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos correntes e diferidos são reconciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	554.188	441.032
Alíquota nominal combinada	34%	34%

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(188.424)	(149.951)
Diferenças permanentes:		
Outros Ajustes	(257)	4
Perdas de instrumentos financeiros derivativos não dedutíveis	(13.689)	(11.742)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(202.370)	(161.689)
Correntes	(181.715)	(173.946)
Diferidos	(20.655)	12.257
	(202.370)	(161.689)
Alíquota efetiva dos impostos	36,52%	36,66%

15. Patrimônio líquidoCapital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 226.145 e está representado por 74.220.000 ações ordinárias sem valor nominal, detidas diretamente pela AB Concessões S.A.

Reserva de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do Grupo e, nesta transação, a Companhia registrou Reserva de capital de R\$ 85.981 como contrapartida dos saldos incorporados (vide nota explicativa 14.(ii)).

Reserva legal

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em lei (20% do capital social). Em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída reserva legal, pois seu saldo já havia atingido o limite de 20% do capital social.

Lucros Retidos e distribuição de dividendos

O lucro remanescente, ao fim de cada exercício social, após as destinações legais e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica "Lucros Retidos" conforme proposta da administração, no pressuposto de sua aprovação/destinação pela Assembleia Geral Ordinária.

Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social e, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso, nos termos da lei. Considerando que o limite do saldo das reservas de lucros já foi excedido, a Administração, propôs a distribuição como dividendo adicional proposto, porém, tal destinação será deliberado em Assembleia Geral no exercício de 2024.

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2023, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>
Lucro do exercício	351.818
(-) Constituição de reserva legal	-
Lucro líquido ajustado	<u>351.818</u>
Dividendo mínimo obrigatório – 25% sobre o lucro ajustado	<u>87.955</u>

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos em razão do excedente à conta Reserva de Lucros no valor de R\$ 196.303.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram pagos dividendos no total de R\$ 50.370 (R\$ 12.925 em 31 de dezembro de 2022), oriundos parte do saldo patrimonial de dividendos a pagar (nota explicativa n.º 06) e parte do saldo de lucros retidos.

16. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita com arrecadação de pedágio	829.853	733.187
Outras receitas – receitas acessórias	11.279	9.588
Receita de serviços de construção (a)	1.659	1.429
Receita bruta	<u>842.791</u>	<u>744.204</u>
Impostos sobre as receitas:		
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(42.001)	(37.086)
PIS	(5.480)	(4.839)
COFINS	(25.290)	(22.336)
Receita líquida	<u>770.020</u>	<u>679.943</u>

(a) Refere-se a receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços.

17. Custos, Despesas e Outras Receitas Operacionais por natureza

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços de terceiros – conserva, manutenção e operação de rodovias	(36.713)	(42.463)
Amortização de intangível (a)	(82.609)	(78.467)
Custos com a exploração da concessão (custo variável de outorga)	(15.148)	(13.277)
Gastos com prestadores de serviços	(54.788)	(50.941)
Gastos com funcionários	(33.588)	(31.701)
Gastos com materiais e equipamentos	(26.856)	(24.169)
Custos com construção	(1.659)	(1.429)
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas		

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	(39.305)	(12.575)
Outras despesas	(5.135)	(4.116)
Reembolso de seguros	13.252	598
(Reversão) provisão para perdas de crédito esperada	4.436	(2.514)
Ganhos em processos judiciais	-	17.115
Outras receitas	1.748	1.687
	<u>(276.365)</u>	<u>(242.252)</u>
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(222.999)	(213.459)
Despesas gerais e administrativas	(59.550)	(45.079)
(Reversão) provisão para perda esperada – contas a receber	4.436	(2.514)
Outras receitas operacionais	1.748	18.800
Total	<u>(276.365)</u>	<u>(242.252)</u>

- (a) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16/ CPC 06 (R2). Esta última no valor de R\$ 1.405 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 1.135 em 31 de dezembro de 2022.

18. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	28.298	27.519
Juros com partes relacionadas (nota 6)	187.608	159.936
Receita com operações de instrumentos financeiros derivativos – <i>hedge</i>	15.860	34.976
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros derivativos	155.156	138.350
Outras receitas financeiras	7.185	5.745
	<u>394.107</u>	<u>366.526</u>
Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(6.730)	(1.575)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(163.864)	(186.181)
Despesa com operações de instrumentos financeiros derivativos – <i>hedge</i>	(12.540)	(23.725)
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros derivativos (a)	(149.091)	(149.742)
Comissões bancárias e outras	(741)	(940)
Outras despesas financeiras	(608)	(1.022)
	<u>(333.574)</u>	<u>(363.185)</u>
Resultado financeiro	<u>60.533</u>	<u>3.341</u>

- (a) vide nota explicativa n.º 21

19. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício (em R\$)	351.818.245	279.342.968
Quantidade média ponderada de ações ordinárias, utilizada na apuração do lucro por ação	74.220.000	74.220.000
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	<u>4,74</u>	<u>3,76</u>

Rodovias das Colinas S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerem impacto diluidor no lucro por ação; portanto, o lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

20. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a) Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

Informações suplementares

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a Receber Poder Concedente	15.262	13.444
Outorga Variável	(15.262)	(13.444)
Fornecedores	7.444	(9.124)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	7.444	(9.124)
 Aquisição de intangível	 (7.444)	 9.124
Aquisição de direito de uso	(4.044)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(11.488)	9.124
 Arrendamento	 4.044	 -
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	4.044	-

Notas Explicativas**Rodovias das Colinas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

b) Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Arrendamentos</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(168.859)	8.001	(1.267.612)	(1.528)	(1.429.998)
<u>Variação dos fluxos de caixa de financiamento</u>					
Pagamento de dividendos	50.370	-	-	-	50.370
Pagamento de Principal e Juros	-	-	-	1.482	1.482
<i>Debêntures:</i>					
Pagamento de principal	-	-	391.474	-	391.474
Pagamento de juros	-	-	168.404	-	168.404
Liquidação de instrumentos financeiros	-	(9.065)	-	-	(9.065)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	50.370	(9.065)	559.878	1.482	602.665
<u>Outras variações</u>					
Juros sobre debêntures passivas e arrendamento	-	-	(163.864)	-	(163.864)
Resultado com operação de hedge/swap	-	9.386	-	-	9.386
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)	-	(8.322)	8.322	-	-
Reversão do ajuste a valor presente e juros provisionados	-	-	-	(101)	(101)
Adições	-	-	-	(4.044)	(4.044)
Dividendos Propostos	(284.256)	-	-	-	(284.256)
Total das outras variações	(284.256)	1.064	(155.542)	(4.145)	(442.879)
Saldo Final	(402.745)	-	(863.276)	(4.191)	(1.270.212)

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados têm sido utilizados pela Companhia para o resgate de debêntures anteriores, no refinanciamento de dívidas e no reforço do seu capital de giro.

Notas Explicativas**Rodovias das Colinas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

Valor justo dos instrumentos financeiros**a) Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado**

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo na data das demonstrações financeiras (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo), devido ao que segue:

- (i) As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.
- (ii) As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo de um ano, conforme apresentado na Nota 6, e incorporam os juros a receber até a data do balanço.
- (iii) Credor pela concessão refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na Nota 11.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures e as debêntures ativas e mútuos com partes relacionadas aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures passivas (a)	863.276	890.013	1.104.562	1.144.379

- (a) Saldo das parcelas não protegidas líquidos do custo de transação. Não inclui a 4ª emissão que já é mensurada ao valor justo, conforme mencionado na Nota 8.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e Mútuo com partes relacionadas	1.430.241	1.434.245	1.292.633	1.315.321

Notas Explicativas**Rodovias das Colinas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Valor dos instrumentos financeiros*a) Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Companhia conforme suas características:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	188.485	328.818
Contas a receber de clientes	58.976	48.580
Contas a receber e mútuo com partes relacionadas circulante e não circulante	247.245	262.906
Contas a receber do Poder Concedente	69.381	69.352
Debêntures com partes relacionadas	1.182.996	1.029.727
Passivo		
Fornecedores	23.753	18.657
Débitos com partes relacionadas	6.185	2.728
Debêntures - 9ª emissão e 10ª emissão (a)	866.320	1.109.993
Credor pela concessão	1.349	1.464
Dividendos a pagar	402.745	168.859

(a) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 8.

b) Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo

Os equivalentes de caixa estão indexados ao CDI e os valores correspondem ao valor justo na data das demonstrações financeiras (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo).

Instrumentos financeiros derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm como objetivos desde a proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures referentes a 4ª emissão que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na Nota 8, bem como, a preservação desta variação, a partir de instrumentos derivativos, denominados “*offset swaps*”, com taxas opostas às dos swaps contratados com o objetivo de proteção (hedge), e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente “swaps” de taxa de juros.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A Companhia contratou “*swap*” para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação CDI mais 0,279 a 0,66% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do “*hedge*”), e foi avaliada de acordo com a contabilidade de “*hedge*” de valor justo.

Em 5 de março de 2018, a Companhia contratou operações de *Swap* a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou *Swaps* para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 10,03% a 22,15% em média ao ano (ponta ativa).

Em 17 de abril de 2023 a Companhia liquidou a 3ª série da 4ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2023, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nocional)	Valor justo ("fair value")	Valor justo ("fair value")	Efeito acumulado - valor a receber (pagar)
					31/12/2023	31/12/2022	
Contratos ponta ativa							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 10,10%	100.000	-	36.693	(36.693)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 9,98%	157.265	-	57.643	(57.643)
Total				257.265	-	94.336	(94.336)
Contrato ponta passiva							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	100.000	-	60.310	60.310
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	157.265	-	94.846	94.846
Total				257.265	-	155.156	155.156
Instrumentos derivativos, líquido					-	60.820	
Instrumentos derivativos, líquido							60.820
Pagamento de instrumento financeiro							(54.755)
Efeito acumulado no resultado do exercício							6.065
Efeito Acumulado a pagar (Contratos ponta ativa)							(94.336)
Pagamento de instrumento financeiro							(54.755)
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros derivativos							(149.091)

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as

Notas Explicativas**Rodovias das Colinas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

taxas de DI de mercado para “swaps”, divulgadas, também, pela BM&FBovespa. Em 17 de abril de 2023 a Companhia liquidou a 3ª série da 4ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.

Durante o exercício, os contratos de “swap” designados e efetivos como “*hedge*” de valor justo em relação à taxa de juros foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R\$ 8.320 e reconhecido no resultado como receita financeira no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nacional)	Valor justo (“fair value”)	Valor justo (“fair value”)	Efeito acumulado - valor a receber (pagar)
					31/12/2023	31/12/2022	
Contratos ponta ativa							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	100.000	-	60.310	(60.310)
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	157.265	-	94.846	(94.846)
Total				257.265	-	155.156	(155.156)
Contrato ponta passiva							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,69%	100.000	-	33.569	33.569
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,669%	157.265	-	52.767	52.767
Total				257.265	-	86.336	86.336
Instrumentos derivativos, líquidos a realizar					-	68.820	
Instrumentos derivativos, líquidos							(68.820)
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							8.320
Recebimento de instrumento financeiro							63.820
Efeito acumulado no resultado do exercício							3.320

A Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Exposição a riscos e de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures e mútuos a receber de partes relacionadas, e debêntures a pagar em reais.

Exceto com relação à 3ª série da 4ª Emissão, onde existiam instrumentos de derivativo que amenizavam o efeito do IPCA.

As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2023, a administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2023.
- Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023.
- Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023.

Notas Explicativas**Rodovias das Colinas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Os cenários II e III, de aumento de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (a)	-	10,07%	12,59%	15,11%
Empréstimos - indexador: Debêntures - CDI (b)	(866.320)	(106.053)	(127.722)	(149.949)
Aplicações financeiras, debêntures ativas e mútuo - indexador: CDB, operações compromissadas – CDI	178.330	17.780	22.225	26.669
Debêntures ativas – CDI	1.182.996	140.545	170.817	201.089
Mútuo - CDI	247.245	27.521	34.441	41.377
Exposição líquida	742.251	79.793	99.761	119.186
Aumento nas receitas/(despesas) financeiras em relação ao cenário base	-	-	19.968	19.425

(a) Fonte: Boletim de índices financeiros da BM&F Bovespa projetado para 2024.

(b) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 8.

Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras aprovadas pela administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias bancárias contratadas por suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Notas Explicativas**Rodovias das Colinas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A Companhia apresenta valores a receber principalmente da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar").

A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira de primeira linha para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

Valor Contábil	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	188.485	328.818
Contas a receber de clientes e do poder concedente	128.357	117.932
Debêntures e mútuo com partes relacionadas	1.430.241	1.292.633
Instrumentos financeiros derivativos	-	8.000

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O gerenciamento do risco de liquidez também leva em consideração a gestão da distribuição de dividendos aos acionistas, os quais, conforme mencionado na nota explicativa nº. 6, tem sido compensados com as debêntures a receber de partes relacionadas.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos e ativos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício:

<u>Modalidade</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Juros</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>Mais de 90</u>	<u>Circulante</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5</u>	<u>Não circulante</u>
Ativos circulantes e não circulantes									
Contas a receber		-	58.976	-	58.976	69.381	-	-	69.381
Partes relacionadas	1.430.241	205.886	-	1.636.127	1.636.127	-	-	-	-
Total	1.558.598	205.886	58.976	1.636.127	1.695.103	69.381	-	-	69.381
Passivos									
Debêntures – Principal e Juros (b)	866.320	240.355	77.866	313.683	391.549	572.337	142.789	-	715.126
Credor pela concessão	1.349	-	1.349	-	1.349	-	-	-	-
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas	29.938	-	9.945	19.993	29.938	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	4.191	349	639	1.575	2.214	1.977	-	-	1.977
Dividendos a pagar	402.745	-	-	-	-	402.745	-	-	402.745
Total	1.304.543	240.355	89.799	335.251	425.050	977.059	142.789	-	1.119.848

(a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2023 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

(b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura da 9ª e 10ª emissões das debêntures.

Notas Explicativas**Rodovias das Colinas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

22. Gestão de Risco de Capital

A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Índice de endividamento

O índice de endividamento no fim do exercício é o seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a)	866.320	1.273.515
Caixa e equivalentes de caixa	(188.485)	(328.818)
Dívida líquida	<u>677.835</u>	<u>944.697</u>
Patrimônio líquido	847.364	779.803
Índice de endividamento líquido	0,80	1,21

(a) Dívida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa n.º 08.

Índice de endividamento

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 0,80 em 31 de dezembro de 2023 (1,21 em 31 de dezembro de 2022), como resultado da 9ª e 10ª emissões de debêntures públicas (Nota 8). Os recursos da 9ª e 10ª emissões foram destinados para usos gerais e reforço de caixa da Companhia.

23. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A operação da Companhia consiste em uma única atividade de negócio - exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

24. Seguros contratados

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são renovadas anualmente.

Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	33.578	Outubro/2024
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	71.350	Outubro/2024
Seguro riscos responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	61.901	Outubro/2024
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	568.845	Setembro/2024

25. Eventos Subsequentes

Em 12 de março de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia deliberou, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por ações, a aprovação da 11ª emissão, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$ 250.000.

Notas Explicativas

Rodovias das Colinas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Jose Renato Ricciardi

Diretor Presidente

Alexandre Tujisoki

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Anderson Costa Silva

Contador - CRC SP- 219557/0-4

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Chácara Santo Antônio
04719-002 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Rodovia das Colinas S.A.
Itu - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovia das Colinas S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Rodovia das Colinas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e outras

Veja as Notas 2.6 e 13 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia é parte passiva em processos judiciais ou administrativos de natureza cível, trabalhista, tributária e outros processos, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Companhia reconhece uma provisão para um processo judicial ou administrativo quando existe uma obrigação presente, é provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e pode ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. A probabilidade de uma saída de recursos e o montante esperado para liquidar essa obrigação é determinado com base no julgamento dos seus assessores jurídicos, que consideram na sua avaliação, a natureza e a jurisprudência de processos semelhantes.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido a natureza e a extensão do esforço de auditoria para tratar do assunto, incluindo o grau de conhecimento necessário para aplicar procedimentos de auditoria e avaliar o resultado desses procedimentos e os possíveis impactos nas demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- reconciliar as informações recebidas nas respostas das cartas de circularização, encaminhadas pelos assessores jurídicos externos, com o relatório interno da Companhia sobre a posição dos processos em andamento, se atentando para a suficiência dos montantes esperados para liquidação da obrigação e a probabilidade de perda estimada para cada processo;
- reconciliar o relatório interno sobre a posição dos processos em andamento da Companhia com o registro contábil, verificando se todas as causas com probabilidade de perda provável foram adequadamente reconhecidas com base nos montantes estimados pelos assessores jurídicos;
- avaliar se as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados sobre os principais processos da Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos reconhecidos de provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e outros processos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos

relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP252905/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.